

ONDE ESTÃO OS 200 MILHÕES DE DÓLARES DO PERDÃO DA DÍVIDA?

Governo nunca se pronunciou sobre o Perdão da Dívida Oculta

- Em 2021, o banco Credit Suisse foi multado em 475 milhões de dólares americanos pelo seu envolvimento na concessão dos empréstimos ilegais em 1,3 mil milhões dólares;
- Parte dessa multa incluiu o perdão de 200 milhões de dólares da dívida de Moçambique pelo Credit Suisse, como parte das penalidades impostas pela Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA).
- Apesar do banco ter concordado com o perdão, o governo moçambicano permanece em silêncio e os relatórios não reportam alteração nos valores em dívida ao Credit Suisse.



○ banco Credit Suisse enfrentou uma série de acusações de corrupção e negligência relacionadas a empréstimos ilegais concedidos a Moçambique, em cerca de 1,3 bilhões de dólares americanos (USD), com garantias estatais. Como resultado dessas práticas ilícitas, o banco foi multado num total de USD 475 milhões pelas autoridades dos Estados Unidos (EUA) e do Reino Unido.

Essa multa incluiu o pagamento de USD 175,5 milhões ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, USD 100 milhões à Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) e USD 200,6 milhões à Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA).

Como parte do acordo com a FCA, o Credit Suisse concordou em perdoar USD 200 milhões da dívida de Moçambique, uma medida que, de certa forma, minimizou as sanções impostas ao banco. Na resolução com a FCA, o Credit Suisse concordou que as suas operações no Reino Unido não foram conduzidas com a devida habilidade, cuidado e diligência, e não tomaram o cuidado razoável para organizar e controlar os seus negócios de forma responsável e eficaz, com sistemas de gestão de risco adequados¹.

No entanto, enquanto o Credit Suisse assumiu o compromisso, o governo moçambicano permanece curiosamente em silêncio em relação a esse perdão, repetindo a postura oculta que caracterizou a contracção das dívidas ilegais.

Recentemente o Governo e o Banco Suíço chegaram a mais “acordo secreto” no que concerne a dívida concedida por aquele banco, mas o mesmo também não faz qualquer menção ao perdão de 200 milhões de dólares.

Surpreendentemente tão pouco os mais recentes relatórios do Ministério da Economia e Finanças (MEF)² reflectem esse perdão, sendo que a dívida ao Credit Suisse (EMATUM, designada MOZAM 2032) permanece avaliada em 900 milhões de dólares, o mesmo valor estipulado em 2019 aquando da sua reestruturação³.

A dívida da EMATUM, que continua representando cerca de 9% da dívida pública externa, representa elevado risco para o país, expondo-o a flutuações cambiais que podem inflacionar drasticamente o valor da dívida.

¹ [Credit Suisse Group announces settlements for legacy issues with regards to Mozambique and resolves the case on past observation activities - Credit Suisse \(credit-suisse.com\)](https://www.credit-suisse.com/press-releases/2023/01/10/credit-suisse-group-announces-settlements-for-legacy-issues-with-regards-to-mozambique-and-resolves-the-case-on-past-observation-activities)

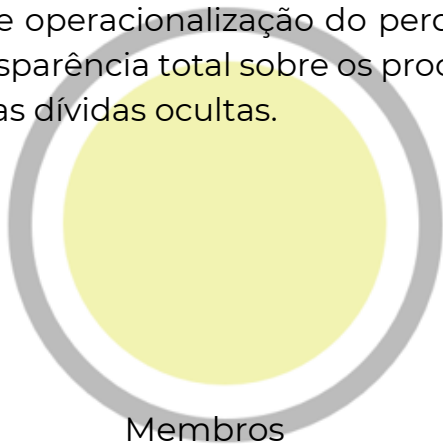
² <https://www.mef.gov.mz/index.php/publicacoes/politicas/gestao-da-divida-publica/1950-boletim-da-divida-publica-ii-trimestre-2023/file>

³ A reestruturação custou aos cofres USD 40 milhões em taxas de consentimento e pagamento por troca, e elevou o valor dos títulos da dívida anteriormente designada em USD 726,52 milhões para USD 900 milhões.

Além do pagamento do capital em 900 milhões de dólares, há juros semestrais a pagar até 2031. Os juros estão estabelecidos a taxa de 5% durante o período de 2018 a 2025, e a taxa 9% durante o período de 2026 a 2031. Os pagamentos de juros já consumiram 224,5 milhões de dólares dos cofres do Estado e poderão representar um custo adicional de 620,7 milhões até 2031.

Esse peso financeiro representa não apenas uma injustiça ao povo moçambicano, mas também uma séria ameaça à estabilidade económica, comprometendo a capacidade do governo de investir em sectores prioritários e responder a eventuais crises, num contexto em que a ajuda externa vem enfraquecendo.

Diante desse cenário o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) insta ao governo moçambicano a emitir uma declaração pública esclarecendo ao povo moçambicano o estágio de operacionalização do perdão da dívida pelo Credit Suisse e a demonstrar transparência total sobre os processos junto aos credores associados ao escândalo das dívidas ocultas.



Membros



CONTACTOS

Autor: FMO

Endereço: Rua Gil Vicente, Nr 52;
Maputo, Moçambique;

Email: rosc@rosc.org.mz;

Website: www.fmo.org.mz ;

Membros da coordenação:

ROSC – Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança

OCS – Observatório de Cidadão para Saúde

FDC – Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade

CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

NWETI – Comunicação para Saúde